



POLÍCIA FEDERAL


ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21
COMPRAS – CONTRATAÇÃO DIRETA


PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 08402.000078/2023-16


Processo nº 08402.000078/2023-16

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “A” E “I” DA LEI N. 14.133/2021).

1.1. Aquisição de **baterias para Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPA's)**, a fim de atender às demandas da Superintendência da Polícia Federal em Pernambuco, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	CLASSIFICAÇÃO DO BEM	VALOR DO GRUPO MATERIAL
1	<p>Baterias para aeronaves remotamente pilotadas (Mavic Pro (Mavic I)</p> <ul style="list-style-type: none">• Capacidade 3830 mAh• Voltagem 11.4 V• Tipo de bateria LiPo 3S• Energia 43.6 Wh• Peso líquido Aprox. 240 g• Alcance da temperatura de carregamento 5° a 40 °C <p>Garantia mínima: 6 meses</p> 	467604	UN	2	R\$ 922,30	R\$ 1.844,60	Material comum	

2	<p>Baterias para aeronaves remotamente pilotadas (Mavic II)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade 3850 mAh • Voltagem 15.4 V • Voltagem máx. de carregamento 17.6 V • Tipo de bateria LiPo • Energia 59.29 Wh • Peso líquido 297 g • Temperatura de carregamento 5 °C - 40 °C • Alcance da temperatura de funcionamento -10 °C a 40 °C • Métodos de aquecimento Aquecimento manual <input type="checkbox"/> aquecimento automático • Temperatura de aquecimento -20 °C a 6 °C • Duração do aquecimento 600 s (Máx.) • Potência do aquecimento 35 W (Máx.) • Tempo de carregamento 90 min. • Potência máx. de carregamento 80 W <p>Garantia mínima: 6 meses</p> 	467604	UN	15	R\$ 1.612,00	R\$ 24.180,00	Material comum	R\$ 53.755,20
---	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------	----	----	-----------------	------------------	----------------	---------------

3	<p>Baterias para aeronaves remotamente pilotadas (Mavic III)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade 5.000 mAh • Voltagem 15,4 V • Limite de tensão de carregamento 17,6 V • Tipo de bateria Li-ion 4S • Energia 77 Wh • Peso 335,5 g • Temperatura de carregamento 5° a 40 °C <p>Garantia mínima: 6 meses</p>	467604	UN	10	R\$ 2.773,06	R\$ 27.730,60	Material comum	
								

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **1 (um) ano contados do recebimento da Nota de Empenho pela empresa CONTRATADA**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021. Logo da entrega completa do material, findar-se-á o prazo de contratação, já que se trata de fornecimento de bem de natureza não contínua, mantendo-se a responsabilidade da CONTRATADA/FABRICANTE pela garantia do produto.

1.4. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 53.755,20**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.5. **A empresa participante deverá apresentar a proposta conforme o modelo proposto em anexo, registrando no Sistema o PREÇO TOTAL DE CADA ITEM.**

1.6. **Caso a empresa fornecedora do material não seja a própria fabricante, deverá apresentar a Carta de Autorização ou documento equivalente, na etapa de julgamento da proposta, que comprove a autorização de comercialização do produto no Brasil.**

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'B' DA LEI N. 14.133/2021).

2.1. A Polícia Federal realiza rotineiramente operações de erradicação de cultivos ilícitos em diferentes regiões do país, incluindo Pernambuco e a Região do Polígono da Maconha. Para o sucesso dessas missões, é necessária uma logística complexa com o uso de diversos recursos, como helicópteros, embarcações, drones (RPA), viaturas, materiais táticos e equipamentos de proteção individual. O uso de drones tem sido eficiente, aumentando a eficácia e a segurança das equipes policiais, além de economizar recursos ao reduzir as horas de voo de aeronaves para localização de plantações de maconha ilícitas. Em operações de combate a roubos a instituições financeiras, os drones também são cruciais para o levantamento de alvos, a dissimulação de policiais e o reforço à segurança das equipes durante as atividades investigativas. As peculiaridades das operações de erradicação de ilícitos resultam em maior desgaste dos equipamentos, tornando necessária uma renovação frequente da frota de drones. O ambiente hostil e as características específicas das ações contribuem para esse desgaste. A capacitação do efetivo policial para o manuseio dos equipamentos é uma prática constante, com cursos e treinamentos realizados anualmente para habilitar mais policiais no uso dos drones. Além dos drones, a aquisição conjunta de outros equipamentos é essencial para viabilizar as tarefas operacionais, como baterias de reposição, tablets IOS e Android, aparelhos inversores de tensão, câmeras termais, câmeras com zoom e aparelhos de telefones celulares.

2.1.1. Das baterias:

2.1.1.1. A aquisição de baterias para drones por meio de contratação pública é justificada pela necessidade urgente de garantir a segurança operacional e a continuidade das atividades da Polícia Federal no Estado de Pernambuco. As aeronaves remotamente pilotadas (RPA's) têm sido fundamentais nas operações de erradicação de cultivos ilícitos no sertão pernambucano, e seu uso intensivo leva a

constantes ciclos de recarga das baterias. Entretanto, o tempo de vida útil das baterias atingiu o limite, aumentando o risco de falhas durante os voos, o que poderia resultar em acidentes graves, prejuízos ao erário e possíveis ferimentos a terceiros. Além disso, a quantidade atual de baterias em boas condições é insuficiente para suportar as demandas das operações, chegando a quase impedir a realização de todos os voos necessários em algumas ocasiões. A aquisição de novas baterias garantiria a continuidade segura das atividades de aerolevante realizadas pelas RPA's, evitando o retorno ao uso de helicópteros, cujos custos estimados são significativamente superiores (cerca de R\$8.000,00 por hora de voo). Portanto, a contratação pública para adquirir baterias para drones é imprescindível para otimizar recursos, manter a eficiência das operações e garantir a segurança tanto das equipes envolvidas quanto da população em geral.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'C')

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA 'D' DA LEI Nº 14.133/21)

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;

c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação."

4.1.1.2. A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das baterias descartadas, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

4.1.1.3. Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

4.1.2. Indicação de marcas ou modelos:

4.2. A definição específica de marca e modelo para a aquisição dos materiais (baterias de drones) é justificada com base na compatibilidade e na experiência prévia com esses equipamentos no acervo da Polícia Federal. As razões para a escolha de marca/modelo para cada item são as seguintes:

1. Baterias para aeronaves remotamente pilotadas (Mavic Pro (Mavic I) - 4 unidades: As baterias do modelo Mavic Pro são selecionadas para atender às necessidades das aeronaves remotamente pilotadas (RPA's) já existentes na frota da Polícia Federal, garantindo compatibilidade e eficiência operacional.
2. Baterias para aeronaves remotamente pilotadas (Mavic II) - 16 unidades: As baterias do modelo Mavic II são essenciais para atender à demanda das novas aeronaves remotamente pilotadas adquiridas pela Polícia Federal. Sua escolha baseia-se na qualidade, desempenho e compatibilidade com as RPA's mais modernas utilizadas pelo órgão.
3. Baterias para aeronaves remotamente pilotadas (Mavic III) - 12 unidades: As baterias do modelo Mavic III são selecionadas para complementar a frota de RPA's e garantir a continuidade das operações de forma eficiente. A escolha dessa marca/modelo baseia-se em sua adequação às aeronaves e às especificações técnicas necessárias.

4.4. Em resumo, a definição de marca e modelo para a contratação dos materiais é justificada por razões técnicas e operacionais, levando em conta a compatibilidade com as aeronaves já existentes na frota da Polícia Federal, a necessidade de atender a novas aeronaves adquiridas e a comprovação de eficiência e confiabilidade a partir da experiência prévia com os dispositivos. Essa escolha visa garantir a continuidade das operações com segurança e eficiência, otimizando os recursos disponíveis e promovendo o melhor desempenho das equipes.

4.5.1. Da não exigência de amostra:

4.5.1.1. Não serão exigidas amostras. **A verificação da compatibilidade das propostas será aferida pela análise de catálogos e outros documentos equivalentes, bem como informações colhidas no site oficial do fabricante.**

4.5.2. Da vedação de contratação de marca/produto:

4.5.2.1. **Conforme a justificativa apresentada no Item 4.1.2, só serão aceitos os produtos das marcas mencionadas, em virtude da compatibilidade técnica com o acervo atual da Polícia Federal, adquirido em contratações anteriores.**

4.5.3. **Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.**

4.5.4. **Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:**

4.5.4.1. Trata-se de fornecimento de material comum e de pequena monta, sem a necessidade de formalização de contrato ou exigências demasiadas.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ARTS. 6º, XXIII, ALÍNEA “E” DA LEI N. 14.133/2021).

5.1. 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Av. Cais do Apolo, s/n, Anexo III do Tribunal Regional Federal - Próximo a praça Tiradentes. Fone: (81) 2137-3923/ 2137-4023. E-mail: protocolo.sellog.srpe@pf.gov.br. Horário de atendimento: 8h às 16h.**

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de **5 (cinco) dias**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (ART. 40, §1º, INCISO III, DA LEI Nº 14.133/2021)

6.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **6 (seis) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “F” DA LEI Nº 14.133/21)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

7.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

7.6.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

7.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).

7.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'H', DA LEI N. 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço.

8.2. As exigências de habilitação estão disciplinadas no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

8.3. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

8.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

I. Apresentação de atestado (s) que comprovem pelos menos 50% (cinquenta por cento) do quantitativo previsto para a contratação, permitido o somatório de atestados; e

II. Caso não seja o fabricante, autorização expressa desse para a comercialização do produto no país.

8.3.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.3.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.3.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.1.1. A contratação será atendida pela dotação anexa aos autos.

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Recife-PE, na data da assinatura eletrônica.

APF RODRIGO ALESSANDRO DE FRANÇA SOARES ALVES

Integrante Técnico

DESPACHO

Considerando que o objetivo da aquisição é prover o órgão com os recursos materiais necessários para a consecução de suas atribuições constitucionais;

Considerando a necessidade de viabilizar o uso dos drones nas diversas operações promovidas pela Polícia Federal, em especial a erradicação de cultivos ilícitos;

APROVO o presente Termo de referência e JUSTIFICO a necessidade da aquisição para atender à Superintendência de Polícia Federal em Pernambuco.

ANTONIO DE PÁDUA VIEIRA CAVALCANTI

Delegado de Polícia Federal

Superintendente Regional em Pernambuco



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO ALESSANDRO DE FRANCA SOARES ALVES**, **Agente de Polícia Federal**, em 09/11/2023, às 18:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO DE PADUA VIEIRA CAVALCANTI**, **Superintendente Regional**, em 10/11/2023, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=32330044&crc=5A7EEAE2.
Código verificador: **32330044** e Código CRC: **5A7EEAE2**.